

Brasil quer assinar acordo para sair da moratória

BRASILIA — O Governo trabalha, basicamente, com duas hipóteses na negociação com os bancos credores: o pagamento simbólico de uma parcela dos juros a partir de janeiro, valendo-se de suas próprias reservas, e a obtenção de um empréstimo-ponte para cobrir dois terços dos seus compromissos nessa conta, enquanto não conclui um acordo de médio prazo.

Um dos principais formuladores dessa estratégia revelou que é do maior interesse do País assinar um acordo com os credores no menor prazo possível. E, dessa forma, sair imediatamente da moratória, pois as autoridades chegaram à conclusão de que, no momento, ela é o fator mais prejudicial à política econômica.

— A fórmula básica é essa, mas podem haver desdobramentos naturais em um processo de negociação — disse a fonte. Nosso objetivo é fazer rapidamente um acordo, que leve em conta os interesses do País. E nosso

maior interesse é crescer, completou.

De acordo com recentes avaliações do Palácio do Planalto e do Ministério da Fazenda, somente como consequência do pagamento de um **spread** de 2%, ao longo de 1987, o Brasil teve um prejuízo de US\$ 1 bilhão. “Logo, não podemos mais prolongar uma situação na qual se paga 2% sobre a margem média bruta do estoque da dívida privada de US\$ 68 bilhões”, comentou o informante.

No mesmo período, Argentina e México, que optaram pelo **Mayra — Multi-Yera Rescheduling Agreement** — tiveram um custo de apenas 0,81%. “Ou seja, optamos pelo confronto para mudar o modelo de negociação com os bancos e o que se revelou foi um custo enorme”. A essa conta, os cálculos do Planalto e da Fazenda acrescentam outros dados, ainda não dimensionados.

Como o Banco Central teve de transferir reservas dos bancos privados, dos quais te-

mia represálias, para o Banco Internacional de Compensações (BIS), também obteve uma remuneração média bem menor para seus ativos. Outra coisa: em virtude do relacionamento tenso com os bancos, foram desperdiçados negócios com empresas multinacionais em prejuízo da atividade interna.

Essa é a nova retórica do Governo, hoje convencido de que a moratória foi um erro responsável por graves consequências para o desenvolvimento, que o Presidente e o novo Ministro da Fazenda pretendem reparar. Aos dois preocupa, sobretudo, o nível de tensão criado com os bancos, obrigados a aprovisionar reservas para enfrentar a ausência de pagamento dos juros há quase um ano.

— Com a manutenção da moratória, o País não conseguirá restabelecer seu crescimento. E se não crescer a uma taxa de 7% ao ano, nós só construiremos um caldeirão, que pode explodir a qualquer momento.